

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EMILLY PEREIRA LIRA RODRIGUES

**O ADOLESCENTE COM TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO  
INTELECTUAL: Uma análise das possibilidades e limitações no cotidiano escolar**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2024

EMILLY PEREIRA LIRA RODRIGUES

**O ADOLESCENTE COM TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO  
INTELECTUAL: Uma análise das possibilidades e limitações no cotidiano escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Dra. Jéssica Queiroga de Oliveira

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2024

EMILLY PEREIRA LIRA RODRIGUES

**O ADOLESCENTE COM TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO  
INTELECTUAL: Uma análise das possibilidades e limitações no cotidiano escolar**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 04/12/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Dra. JÉSSICA QUEIROGA DE OLIVEIRA

Membro: JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE / UNILEÃO

Membro: MARIA SÁWILLA MOURA DE LIMA / UNILEÃO

# O ADOLESCENTE COM TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL: Uma análise das possibilidades e limitações no cotidiano escolar

Emilly Pereira Lira Rodrigues<sup>1</sup>  
Jéssica Queiroga de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

Considera-se que adolescentes com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual necessitam de intervenções metodológicas que lhes oportunizem o acesso ao conhecimento na escola para conseguir desenvolver possibilidades. Esses adolescentes em razão das limitações decorrentes de seu desenvolvimento intelectual e cognitivo apontam particularidades quanto à aprendizagem, as quais devem ser consideradas pelo professor. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho classificado como uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e de cunho qualitativo, visa à compreensão das possibilidades e limitações do adolescente com TDI no cotidiano escolar, em relação às dinâmicas e ações pedagógicas favorecedoras do acesso, permanência e desenvolvimento escolar como fundamentado pelos preceitos da educação inclusiva. As discussões visam que as escolas não estão preparadas o suficiente para receber adolescentes com o TDI, pois precisam ter como objetivo não apenas dar acesso ao aluno com transtorno, mas também assegurar uma aprendizagem significativa, proporcionando a ação e reflexão no processo de inclusão. A prática pedagógica do professor é crucial para o desenvolvimento de habilidades dos adolescentes com TDI, com o uso de estímulos, metodologias ativas e o olhar humanizador com adaptações curriculares adequado à realidade do aluno, propondo a convivência e socialização com todos os envolvidos, bem como o acompanhamento interdisciplinar com profissionais da saúde e educação.

**Palavras-chave:** Desafios e Possibilidades. Educação do Adolescente com o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual. Inclusão Educacional.

## ABSTRACT

It is considered that adolescents with Intellectual Development Disorder need methodological interventions that provide them with access to knowledge at school in order to develop possibilities. These adolescents, due to the limitations arising from their intellectual and cognitive development, point out particularities regarding learning, which must be considered by the teacher. In this sense, the objective of this work classified as a bibliographical research, of a descriptive and qualitative nature, aims to understand the possibilities and limitations of adolescents with DID in everyday school life, in relation to the dynamics and pedagogical actions that favor access, permanence and development school as based on the precepts of inclusive education. The discussions aim to ensure that schools are not prepared enough to receive teenagers with DID, as they need to aim not only to provide access to students with disorders, but also to ensure meaningful learning, providing action and reflection in the inclusion process. The teacher's pedagogical practice is crucial for the development of skills in adolescents with DID, with the use of stimuli, active methodologies and a humanizing perspective with curricular adaptations appropriate to the student's reality, proposing

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: emillyp799@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: jessicaqueiroga@leaosampaio.edu.br

coexistence and socialization with everyone involved, as well as interdisciplinary monitoring with health and education professionals.

**Keywords:** Challenges and Possibilities. Education of Adolescents with Intellectual Development Disorder. Educational Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

As manifestações da deficiência podem ser classificadas em três grupos: deficiência física, deficiência sensorial e deficiência intelectual. Em cada um deles existem especificidades que são definidas por um conjunto de fatores interligados, tais como a estrutura da própria deficiência, a constituição orgânica e subjetiva da pessoa, assim como suas vivências e condições socioambientais.

O Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR) define o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI) como um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por déficits funcionais, intelectuais e adaptativos. Os transtornos do neurodesenvolvimento, se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico e profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência. Os déficits no TDI podem se manifestar em vários graus, como leve, moderado, grave ou profundo (APA, 2023).

O diagnóstico do transtorno do desenvolvimento intelectual, independentemente dos fatores causais, fundamenta-se em testes padronizados para a análise da capacidade cognitiva. As funções cognitivas desempenham papel fundamental nas atividades cotidianas, desde as simples às mais complexas. Como por exemplo a atenção, memória, funções executivas, coordenação e o gerenciamento de nossas ações para o alcance de metas. Com isso, o oferecimento de programas de intervenção neuropsicológica pode ser um caminho promissor para minimizar déficits de desempenho nestas funções (APA, 2023).

Acrescenta-se ainda, que a neuropsicologia contribui para uma avaliação mais dinâmica e completa por ser capaz de verificar limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência, buscando auxiliar nas possibilidades do tratamento com foco específico nas potencialidades do sujeito com DTI, procurando minimizar suas dificuldades. Com isso, para realizar uma avaliação adequada e em seguida encontrar as possibilidades de desenvolvimento do adolescente com TDI, é de fundamental importância os estudos da neuropsicologia.

Comparada às deficiências motoras, sensoriais e de comunicação, o TDI encontra-se em situação peculiar, tanto devido à invisibilidade inerente ao indivíduo não sindrômico, como pelas representações sociais dominantes que, ao passo que atribuem à pessoa com

transtorno de desenvolvimento intelectual uma cognição infantil, contribuem para lhes excluir do direito a uma vida adulta autônoma e cidadã.

A partir de experiências vivenciadas na instituição escolar, percebe-se a necessidade de um estudo aprofundado sobre este tema. Pois é imprescindível entender que adolescentes com transtorno do desenvolvimento intelectual não são sujeitos incapazes e desprovidos de potencialidades, pois estudos têm provado que apesar das dificuldades, essas pessoas são capazes de se desenvolver.

Diante do exposto, sabendo dos desafios e entraves para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, autonomia e cidadania, a relevância deste trabalho contribui, diretamente, para estudos e melhor compreensão desse assunto, visando analisar: Quais as possibilidades e limitações enfrentadas pelo adolescente com deficiência intelectual no dia a dia escolar?

Uma limitação, seja ela estrutural ou funcional, não elimina a possibilidade de aprendizagens e de adaptações ao meio. Como aponta Banaco (1997), as potencialidades humanas não podem ser tomadas como cristalizadas, uma vez considerado o poder da influência externa na determinação do comportamento. Em face da possibilidade de competências, torna-se importante a elaboração de definições claras referentes aos quadros específicos das dificuldades, para que estratégias de ação especializadas potencializem a aprendizagem.

Para construir esse trabalho foi necessário mergulhar nas diversas produções científicas da área com o intuito de criar uma interlocução, e posterior articulação, com essas pesquisas realizadas. Nessa perspectiva, o presente estudo busca elencar o máximo possível de informações e estudos científicos aprofundados que definem o TDI – em seu âmbito cognitivo, comportamental, emocional e social – a fim de traçar clareza no ensino e contribuir nos estudos daqueles que também demonstram interesse na área e pretendem buscar uma maior investigação sobre o transtorno em questão.

Contudo, o seguinte estudo tem como objetivo geral analisar por meio das literaturas científicas as possibilidades e limitações que o jovem com deficiência intelectual encontra no contexto escolar. Como objetivos específicos, compreender quais as características do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, entender como as limitações do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual afetam o cotidiano escolar e investigar as possibilidades de desenvolvimento do adolescente com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual no contexto escolar.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, pois busca o detalhe das informações para entender o sentido aprofundado do tema. Sendo utilizado como método a pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo.

A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”

A pesquisa, também, utiliza-se de caráter descritivo pois, busca descrever todas as características de um determinado tema com o máximo de informação possível, como por exemplo, apresentar detalhadamente e de forma minuciosa as características do adolescente com transtorno do desenvolvimento intelectual.

A partir do interesse de entender e aprofundar-se no tema, foi feito um levantamento de obras literárias já publicadas e documentos científicos que abordem aspectos conceituais do TDI e possibilitem investigar variados assuntos utilizando as palavras-chave; adolescente; transtorno do desenvolvimento intelectual; escola.

Diante do trabalho desenvolvido, as pesquisas de artigos científicos foram feitas pelo banco de dados online SCIELO, PEPSIC e Google acadêmico, além disso foram selecionadas obras originais e trabalhos publicados no Brasil em língua portuguesa dos últimos dez anos. Os manuais de critério diagnóstico DSM-V-TR (APA, 2023) e CID-11 (OMS, 2019) foram usados como guia para a compreensão dos sintomas do TDI.

Na pesquisa das publicações foram utilizados os descritores: “Adolescentes com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual”, “Avaliação neuropsicológica” e “Transtorno do Desenvolvimento Intelectual no contexto escolar”. Como critério de exclusão, foram adotados artigos de pesquisa em casos de TDI com adultos e idosos.

### **2.2 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **2.2.1 Características do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual**

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças da 11ª Revisão (CID-11), o transtorno do desenvolvimento intelectual é definido como uma condição de origem do neurodesenvolvimento caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestadas durante o período de desenvolvimento (OMS, 2019). Trata-se de uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo.

Essas limitações afetam habilidades conceituais, sociais e práticas, dificultando o desempenho em atividades cotidianas e a resposta às demandas ambientais. A CID-11, considera o diagnóstico um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, frequentemente representado por um QI inferior a 70, juntamente com dificuldades no comportamento adaptativo que comprometem a autonomia e a participação social do indivíduo (OMS, 2019).

Usando como base o DSM-V-TR, a característica fundamental do TDI é o significativo prejuízo cognitivo. Além disso, a dificuldade em realizar atividades escolares de forma independente, pois processam informações mais lentamente. Apresentam comportamentos abaixo do esperado para a sua idade cronológica, dificuldades de adaptação, na aprendizagem, demoram mais tempo para aprender conteúdos, além de preferirem conviver com pessoas mais novas. As dificuldades de funcionalidade aparecem nos vários contextos no qual a pessoa convive, como por exemplo, na escola, em grupos sociais e com a família. Afetando as funções intelectuais e adaptativas, causando dificuldades em adquirir, reter e aplicar habilidades e informações. Destaca-se ainda que outro critério para sua identificação é a manifestação antes dos 18 anos de idade. (APA, 2023).

O transtorno do desenvolvimento intelectual afeta cerca de 1% da população, onde pessoas do sexo masculino têm maiores probabilidades de serem diagnosticadas do que as do sexo feminino (APA, 2023). O TDI pode resultar de causas genéticas, da participação adversa do ambiente, ou da interação entre ambos. Estima-se que 25% a 50% do atraso global de desenvolvimento e da DI moderada ou grave tenham origem genética. Fatores ambientais: álcool, prematuridade, encefalopatia, intercorrências perinatais e desnutrição, com isso, é válido considerar que, as predominâncias de casos é em locais onde há maior vulnerabilidade social (Carvalho *et al.*, 2016).

A CID-11 classifica a deficiência intelectual em quatro níveis de gravidade: leve, moderada, grave e profunda, cada um definido pela intensidade das limitações e pelo tipo de suporte necessário. A identificação precoce e a intervenção adequada são essenciais para maximizar o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas afetadas. Essa abordagem

integrativa visa proporcionar uma compreensão abrangente das necessidades individuais e fomentar uma maior inclusão social (OMS, 2019).

O transtorno do desenvolvimento intelectual não é considerado uma doença, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (Honora; Frizanco, 2008, p. 103)

As funções cognitivas correspondem à capacidade de aprender e compreender, sendo funções superiores que se estabelecem a partir do sistema nervoso central. Elas englobam as capacidades de linguagem, aquisição da informação, percepção, memória, raciocínio, pensamento e etc, as quais permitem a realização de tarefas como leitura, escrita, cálculos, conceptualização, sequência de movimentos, dentre outras (Malloy-Diniz *et al.*, 2010).

O diagnóstico do transtorno do desenvolvimento intelectual se faz através de estudo do caso, geralmente por uma equipe multidisciplinar. Entretanto, a avaliação neuropsicológica se mostra importante por evidenciar aspectos relacionados às funções específicas das áreas cerebrais (Malloy-Diniz *et al.*, 2018). Como o objetivo deste trabalho é analisar as possibilidades e limitações do adolescente com TDI, é imprescindível entender os critérios que compõem a avaliação neuropsicológica para possível diagnóstico do transtorno.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR), o diagnóstico do transtorno do desenvolvimento intelectual depende dos seguintes critérios estabelecidos:

- A. Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados;
- B. Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade;
- C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento. (American Psychiatric Association, 2014, p. 33)

O DSM-5 ressalta que os critérios devem ser avaliados clinicamente e com testes padronizados das funções adaptativa e intelectual e deve ser realizado por profissionais treinados (APA, 2023). O nível de gravidade do TDI se dá a partir da análise dos comportamentos adaptativos, pois a partir dos comprometimentos apresentados nesses comportamentos é que será oferecido o tipo de apoio necessário para a pessoa desempenhar suas atividades diárias.

Portanto, a avaliação neuropsicológica para a pessoa com deficiência intelectual é de extrema relevância levando em conta os aspectos da investigação das funções neuropsicológicas envolvendo principalmente habilidades de funções executivas. Tal levantamento apurado auxilia na elaboração do plano de atendimento, possibilidades do tratamento e/ou reabilitação com foco específico nas potencialidades do sujeito e procurando minimizar suas dificuldades.

Por fim, como já foi dito, o TDI trata-se de um quadro psicopatológico com ênfase nas funções cognitivas, caracterizado por defasagens e alterações nas estruturas mentais para a construção do conhecimento. Contudo, vale ressaltar, que é preciso considerar esse mesmo indivíduo como um sujeito de desejos e expectativas diante de sua realidade, como quaisquer outros, em sua estruturação subjetiva.

### **2.2.2 Avaliação e Intervenção Educacional**

Segundo a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 013/2007 (CFP, 2007), que substitui a de número 002/2004, reconhece a Neuropsicologia como especialidade em Psicologia e institui que o neuropsicólogo atue no diagnóstico, no acompanhamento, no tratamento e na pesquisa da cognição, das emoções, da personalidade e do comportamento sob o enfoque da relação entre estes aspectos e o funcionamento cerebral.

A avaliação neuropsicológica é uma das ferramentas mais importantes da neuropsicologia. Sua implementação envolve uma série de etapas onde o objetivo principal é estudar as funções cognitivas e comportamentais individuais ou em grupo em relação à função cerebral (Hazin et al., 2018). Esta avaliação tem o intuito de possibilitar o diagnóstico, determinar a natureza ou a etiologia dos sintomas, a gravidade das sequelas, prognóstico, acompanhar a evolução do caso e estabelecer bases para a reabilitação (Malloy-Diniz et al., 2018).

Para ser realizado o trabalho na avaliação neuropsicológica, precisam ser utilizados conhecimentos teóricos das neurociências somadas às práticas clínicas. Com isso, são utilizados instrumentos especificamente padronizados para a avaliação das funções neuropsicológicas envolvendo principalmente habilidades de atenção, percepção, linguagem, raciocínio, abstração, memória, aprendizagem, habilidades acadêmicas, processamento da informação, visuoconstrução, afeto, funções motoras e executivas. Dessa forma, as "baterias de avaliação" que são a associação de diferentes instrumentos e, é uma prática comum entre neuropsicólogos (Malloy-Diniz et al., 2018). Cabe ressaltar que não há uma bateria fixa para

avaliar o TDI, de forma que os instrumentos que serão utilizados na avaliação são de acordo com a exigência do caso do paciente e critério de escolha do profissional (Silva et al., 2019).

A identificação do adolescente com o transtorno do desenvolvimento intelectual, sua avaliação e estratégias educativas continuam sendo aspectos pouco claros para a grande maioria dos professores e profissionais que trabalham com esses alunos (Veltrone, 2011).

É de extrema importância uma avaliação multidimensional, que vai além do rendimento escolar, contemplando aspectos sociais, emocionais e comportamentais. Esta abordagem integrada é crucial para compreender as necessidades específicas de cada aluno e planejar intervenções personalizadas que promovam seu desenvolvimento global e inclusão efetiva na escola (Fonseca, 2022).

De acordo com Fonseca (2022) as intervenções educacionais precisam ser adaptadas às características individuais dos alunos com o transtorno do desenvolvimento intelectual. As principais intervenções mencionadas incluem: Estratégias Pedagógicas Diferenciadas, Uso de Tecnologias Assistivas, Planos Educacionais Individualizados (PEIs), Intervenções Comportamentais e Programas de Treinamento de Habilidades de Vida Diária.

As intervenções educacionais são variadas e adaptadas às características individuais dos alunos com o transtorno. Entre as práticas também precisam ser destacadas a formação de professores por meio da pesquisa colaborativa. Essas intervenções visam não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a promoção da autonomia, da interação social e da participação ativa dos alunos na comunidade escolar. É inegável a necessidade de um trabalho colaborativo entre professores, familiares e outros profissionais da educação para garantir a eficácia das intervenções (Toledo, 2012).

A contribuição desses profissionais é de suma importância, mas a abordagem de ensino e aprendizagem a tarefa é do educador. Nesse sentido, o conhecimento sobre a Neurociência também pode contribuir, a fim de que saiba sobre o cérebro de seus alunos, como esse órgão processa os saberes, como aprende, e também pode sugerir as intervenções que o professor deve fazer com suas crianças, pois todos podem aprender. As ações pedagógicas em sala de aula podem ficar mais eficientes quando este conhece o funcionamento cerebral. Embora, não seja suficiente ter esse conhecimento, ele permitirá que o docente compreenda melhor como seus educandos aprendem e se desenvolvem (Consenza; Guerra, 2011).

Diante disso, o professor deve conhecer seus alunos, suas dificuldades e particularidades, a fim de promover o desenvolvimento da aprendizagem nas crianças. Não é tarefa fácil para os professores, a inclusão de crianças com deficiência na escola regular

requer um trabalho organizado e sistemático, principalmente porque essa escola precisa ter qualidade de ensino para todos. E para que haja qualidade na educação deve-se atentar para os estilos de aprendizagem de cada aluno, ou seja, cada aluno possui caminhos que facilitam sua aprendizagem. São situações que envolvem o ambiente, emoções, aspectos sociológicos, físicos e psicológicos, com isto adota uma educação contextualizada que conceitua o aluno como sendo um ser ativo, construtor de seu próprio conhecimento.

Os desafios enfrentados pelas escolas na implementação de práticas inclusivas é algo cotidiano, e a falta de formação adequada dos educadores, recursos limitados e a resistência a mudanças institucionais são alguns dos obstáculos mencionados. No entanto, apesar dessas dificuldades, há um crescente reconhecimento da importância da inclusão e esforço contínuo para melhorar as práticas educativas para alunos com o transtorno do desenvolvimento intelectual. Uma avaliação criteriosa e intervenções bem planejadas são essenciais para assegurar que esses alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento (Toledo, 2012).

### **2.2.3 Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e os Desafios no Cotidiano Escolar**

De acordo com Tessaro (2005), acredita-se que as limitações maiores no transtorno do desenvolvimento intelectual não estão relacionadas com a deficiência em si, mas com a credibilidade e as oportunidades que são oferecidas às pessoas com deficiência intelectual. Para a autora, a vida de uma pessoa com transtorno passa a girar em torno de sua limitação ou incapacidade, quando as suas potencialidades e aptidões não são levadas em conta.

Estudos demonstram que os problemas enfrentados pelo indivíduo que apresenta o transtorno do desenvolvimento intelectual são mais de limitações e deficiências da sociedade e do meio do que do próprio organismo deficiente (Omote, 1994). Não é apenas o transtorno que torna difícil a sua existência, mas a atitude das pessoas e da sociedade diante de sua condição, incluindo as atitudes de descrença em suas habilidades sociais, de lazer, etc. Com isso, é notório que para além dos desafios próprios do TDI, há também os desafios encontrados na sociedade que reflete também no ambiente escolar.

É importante salientar que as pessoas não devem ser rotuladas de deficientes mentais pelo fato de apresentarem um comportamento adaptativo prejudicado, pois existem vários outros fatores que podem levar a um desenvolvimento maturacional lento como um processo escolar sem qualidade ou um ajustamento social e ocupacional inadequado (Telford; Sawrey,

1988). O TDI é uma parte da identidade, mas não a totalidade dela. Cada indivíduo possui suas próprias paixões, personalidade e potencial único.

Com isso, não há uma afirmativa de que não existam as dificuldades advindas da deficiência, porém, esse não pode ser um fator determinante. Diante do desenvolvimento do adolescente com deficiência intelectual, existe um ser humano que necessita de atendimento e cuidado especializado para que suas potencialidades sejam desenvolvidas. Como por exemplo na escola, o professor precisa modificar o seu olhar sobre ela, pois as deficiências dos alunos devem ser consideradas como condições a que a escola precisa atender, e não desacreditar e dificultar o processo.

Nesse ponto me apoio na Neurociência, pois a mesma sendo uma aliada da educação possui fundamentos importantes para as práticas pedagógicas do professor e pode apontar intervenções para o docente em sala de aula. Especificamente para a educação, a Neurociência colabora para o processo de aprendizagem, pois essa ciência retrata o cérebro como o principal instrumento para a aprendizagem. Apresentando uma propriedade denominada plasticidade cerebral, pois esse órgão possui uma capacidade de reorganização cerebral conforme o uso, sendo sua notável característica, e conforme autores como (Consenza; Guerra, 2011), o cérebro humano em funcionamento modifica a estrutura cerebral do aluno. Nesse sentido, o educador deve buscar uma interlocução com a Neurociência em razão da sua contribuição para a atividade de ensino.

As neurociências colaboram no entendimento do cérebro humano para saber como ele funciona e apontam mudanças em como ensiná-los. Para (Pereira, 2012), a Neurociência tem como objetivo dar os devidos esclarecimentos sobre as estruturas neuronais que apoiam as ações, perspectivas ou motores, tão necessárias para a aprendizagem.

Diante dos inúmeros desafios encontrados pelo adolescente com o transtorno do desenvolvimento intelectual no contexto social e escolar, a inclusão educacional surgiu como princípio fundamental a fim de que todos os indivíduos pudessem aprender juntos em escolas regulares, independentemente das dificuldades e das diferenças (Unesco, 1994). A inclusão é um meio de promover a igualdade de oportunidades.

Pessoas com TDI podem aprender, crescer e contribuir para a sociedade quando fornecidas as ferramentas e o ambiente certos. Instituições inclusivas não apenas beneficiam os alunos com deficiência intelectual, mas também enriquecem a experiência de todos, fomentando a empatia, a aceitação e a valorização das diferenças. No Brasil, tem-se a modalidade de ensino Educação Especial, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, garantindo a educação de alunos com deficiências no sistema regular de ensino (Brasil, 2006).

Contudo, apesar das possibilidades criadas, o maior desafio da inclusão na aprendizagem ao deficiente intelectual é o atendimento especializado, o qual constitui um impasse pela complexidade e variedades de abordagens de ensino. Pois o jovem com deficiência intelectual necessita sim de apoio pedagógico, de atenção especializada e de adequações curriculares.

Para se efetivar a inclusão, é necessário que as práticas educativas sejam diferenciadas para poder alcançar alunos com déficit intelectual. Lembrando que a compreensão do conteúdo curricular para o aluno com déficit intelectual é limitada, mas mesmo nessas condições existe a possibilidade de um desenvolvimento de suas potencialidades e devido à plasticidade cerebral pode-se pensar em estratégias diferentes de ensino.

A educação do aluno com deficiência intelectual deve ter os mesmos princípios e valores que os pensados para os demais sujeitos e da mesma forma, não pode determinar limites para suas construções. Deve antes considerar alguns aspectos relativos justamente para a sua forma diferenciada, e não inferior, de construção de saberes, levando-os a ampliar suas capacidades para além de aprender determinados conteúdos acadêmicos, e ensinando a aumentar seu repertório de aprendizagens e capacidade de autonomia.

#### **2.2.4 Possibilidades de Desenvolvimento do Adolescente com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual no Contexto Escolar**

Para que se compreendam os processos de desenvolvimento da pessoa com transtorno, cabe não apenas conhecer características do próprio transtorno ou seus aspectos quantitativos, mas conhecer a pessoa, ou seja, investigar o lugar que a deficiência ocupa em sua vida, como a sua subjetividade se organiza em face dessa deficiência, quais mudanças pessoais foram produzidas ou se apresentam como possíveis.

Cada adolescente é um ser único, os adolescentes com o transtorno do desenvolvimento intelectual precisam de um olhar individualizado levando-se em consideração suas limitações, necessidades, mas não somente o que ainda não consegue realizar com autonomia, mas a bagagem que esses já possuem.

Para Vygotsky (1991), há potencialidade e capacidade nas pessoas com deficiência, mas entende que, para estas poderem desenvolvê-las, devem ser lhes oferecidas condições materiais e instrumentais adequadas. Com isso, deve-se oferecer a tais pessoas uma educação que oportunize a apropriação da cultura histórica e socialmente construída, para melhores possibilidades do seu desenvolvimento.

O adolescente com TDI tem condições de ser alfabetizado, por isso deve seguir um currículo adaptado às suas limitações, pois possui um ritmo mais lento que os demais, seu desenvolvimento deve ser respeitado. O ensino especializado para alunos com déficit intelectual é realizado junto ao atendimento educacional especializado (AEE), ensino que ocorre simultaneamente à sala de aula comum. Nesse ambiente, ocorre uma aprendizagem diferente dos conteúdos curriculares do ensino regular, pois a deficiência é observada e considerada a fim de que haja aprendizagem para o aluno, na perspectiva de conhecimentos importantes para a vida do aluno, para que tenha mais autonomia no seu dia-a-dia. Nesse processo, as intervenções do professor são muito importantes. Ele, juntamente com o professor da sala regular, devem interagir para que os conteúdos que ambos ensinam estejam interligados (Gomes, 2013).

A educação inclusiva assumiu fortemente essa responsabilidade de abarcar métodos e reflexões que possam garantir a todo e qualquer aluno o direito à educação formal (escolar). Com o aluno que possui o transtorno do desenvolvimento intelectual não é diferente, mesmo que as características próprias desse quadro impeçam a aquisição suficiente dos conteúdos propostos pelos programas curriculares. Para que as escolas alcancem a inclusão, é necessário olhar seu aluno na totalidade e procurar se adequar para atender a ele com qualidade, respeitando e valorizando a especificidade de cada um.

A educação, que objetiva ser inclusiva, necessita estar preparada para superar as demandas sociais e ter um olhar atento para as dificuldades e limitações que fazem parte da sociedade. De acordo com Alonso (2013), a Educação Inclusiva compreende a Educação Especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada (Sant Ana, 2005) . Pensar nas possibilidades de inclusão escolar das pessoas com TDI de maneira efetiva, é oferecer oportunidades de aprendizagens de modo que o aluno ou a aluna seja participante ativo nestes ambientes que oportunizam o ensino.

O ensino especializado junto aos alunos com TDI deve envolver benefícios que vão além do acréscimo dos conteúdos curriculares, tendo em vista ganhos educacionais; a maximização do desenvolvimento; a redução do isolamento, do estresse e da frustração que

podem ser vivenciados pelo aluno e pela família; a independência e autonomia; a maior produtividade pessoal; e competências permanentes que reduzam futuras necessidades relativas a educação especial, cuidados com a saúde e reabilitação (Brasil, 2006).

Mesmo que a apreensão de todo o conteúdo curricular pelo aluno com deficiência intelectual seja significativamente limitada, há a possibilidade de um efetivo desenvolvimento de suas potencialidades. Isso significa apostar em todas as suas possibilidades, significa considerar a inteligência um conjunto dinâmico de aptidões que pode ser desenvolvido a partir de intervenções adequadas que a educação escolar pode impulsionar. Talvez seja essa a maior dificuldade enfrentada pelos professores: a proposição de práticas adequadas a essas exigências, conforme aponta Pletsch (2010).

Todos os alunos podem aprender, isto precisa estar explanado para os professores em suas práticas pedagógicas. Entretanto, deve-se considerar que a aprendizagem de cada um é diferente, acontece em tempos e etapas distintas e se desencadeia a partir de estímulos diferenciados. Todas elas estão demarcadas em suas atividades neurocerebrais. Há um trajeto químico no cérebro que mantém e que operacionaliza cada ação executada pelos alunos (Almeida, 2012).

É importante considerar que a deficiência intelectual não é uma condição estática e permanente (Pletsch, 2010). O potencial de um sujeito para responder aos padrões esperados para a sua idade e grupo social não se deve exclusivamente a uma suposta capacidade intrínseca, mas sim a uma complexa interação entre o sujeito, suas experiências de aprendizagem e o suporte social. Os estilos de aprendizagem, combinados com fatores sociais que são favoráveis, sendo considerados a individualidade de cada aluno e respeitada, consequentemente, são impulsionados ao aprendizado (Gomes, 2013).

O que determina as diferentes estruturas são as experiências vivenciadas pelo sujeito e as relações que constitui a partir do lugar que ocupa. Esse ponto de vista retira da deficiência em si as limitações que o sujeito com deficiência intelectual possa apresentar, localizando-as também nas relações que a sociedade estabelece com ele e nas formas como lhe atribui papéis e oportunidades. Com isso, nota-se a importância também no que se refere ao suporte e apoio, para dar condições ao desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais expressas no maior contato social e, por sua vez, mais relacionamentos interpessoais, maior participação na escola e também na sociedade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Discutir os desafios e possibilidades do adolescente com transtorno do desenvolvimento intelectual no contexto escolar é defender uma ação que garanta o acesso, permanência e o desenvolvimento escolar efetivo. Como discutido, o TDI caracteriza-se por um funcionamento do intelecto inferior à média das pessoas. No cotidiano escolar, isso significa que esses adolescentes têm dificuldades para aprender, entender e realizar atividades que comumente são feitas automaticamente visto que possuem limitações nas áreas da memória, atenção e concentração.

De acordo com o que foi exposto, nota-se que o desenvolvimento de possibilidades e aprendizagem são possíveis, com práticas pedagógicas e estimulação por meio de atividades apropriadas. Com isso, se faz necessário uma conscientização geral do valor do ser humano, seja ele com transtornos ou não, bem como, a convicção de que a educação é um direito de todos, principalmente daqueles com maiores dificuldades para integrar-se em seu processo. É necessário que todos compreendam que, somente através de uma educação de qualidade e inclusiva, o adolescente com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual poderá superar suas limitações e integrar-se, socialmente e profissionalmente, sentindo-se útil e aceito.

Além disso, é necessário o avanço no debate da formação e atuação docente com base no reconhecimento das bases científicas cognitivas do aprendizado, e das facetas que compõem o cérebro e suas conexões, e como esses elementos favorecem não só a elaboração de estratégias que minimizem as limitações decorrentes dos quadros do TDI, mas acima de tudo posicionem os docentes como agentes centrais no processo de mediação. Ação esta que deve ser contemplada com base na compreensão das particularidades e potencialidades desses alunos.

Vale ressaltar que dentre os avanços teóricos e científicos, ainda que escassos no contexto do nosso país, uma das áreas de maior impacto nas discussões sobre o desenvolvimento humano e as facetas do desenvolvimento cognitivo é a Neurociência, que não apenas oferta aportes recentes para a compreensão do desenvolvimento, como possibilita a organização de estratégias pedagógicas diferenciadas em específicos de alunos que apresentem TDI.

O trabalho do educador, dentro da escola, não deve ser isolado, mas, deve atuar em conjunto, de forma integrada com todos os profissionais envolvidos com o aluno com TDI, buscando beneficiá-lo, acreditando nas potencialidades do mesmo. Deve desenvolver um trabalho com estratégias oportunizadas, fazendo uso de recursos pedagógicos e tecnológicos,

sendo flexível e mediador no processo de ensino-aprendizagem, refletindo sua prática e aperfeiçoando-se, constantemente.

Todos somos seres singulares e aprendemos, realmente, quando somos estimulados, independentemente de termos ou não, o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual.

## REFERÊNCIAS

Almeida GP. **As bases neurocientíficas da aprendizagem In: Relvas MP, org. Que cérebro é esse que chegou à escola?** Rio de Janeiro: Wak; 2012. p.41-52.

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio.** 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/osdesafiosda>. Acesso em: 5 out. 2020.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V-TR: texto revisado.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023

BANACO, Roberto (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista.** Santo André: ARBytes, 1997.

CARVALHO, MRS *et al.* **Genética e genômica da deficiência intelectual.** In: SALLAS, Jerusa Fumagalli de; HAASE, Vitor Geraldi; MALLOY-DINIZ, Leandro Fernandes (Org.). **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência.** Porto Alegre: ARTMED, 2016.

Consenza RM, Guerra LB. **Neurociência na educação. Como o cérebro aprende.** Porto Alegre: Artmed; 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil - saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento.** Elaboração de Rosana Maria Tristão e Ide Borges dos Santos. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Conselho Federal de Psicologia.** Resolução CFP nº 013/2007. Dispõe sobre a atuação do psicólogo na saúde. Brasília, 2007.

FONSECA, Sarah Cecílio; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; OLIVEIRA, Marcos Santos. **Avaliação e de intervenção com pessoas com deficiência intelectual nas escolas.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, p. 32, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

Gomes C. **Ensino colaborativo na educação inclusiva: desafios e perspectivas formativas.** Rev Atos de Pesquisa em Educação. 2013

HANZIN, Isabel; FERNANDES, Isabel; GOMES, Ediana; GARCIA, Danielli. **Neuropsicologia no Brasil: Passado, Presente e Futuro**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v.18, 1137-1154, 2018.

HONORA M; FRIZANCO M. L **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

MALLOY-DINIZ, Leandro F. *et al.* **Avaliação neuropsicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MALLOY-DINIZ, Leandro F. ; FUENTES, Daniel; MATTOS, Paulo; ABREU, Neander. **Avaliação neuropsicológica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018;

OMOTE, S. **A integração do deficiente: um pseudoproblema?** Anais da XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto/SP, 1994.

OMS - Organização Mundial de Saúde. **Guia de implementação ou transição da (CID-11)**. Genebra: OMS; 2019.

Pereira MSC. **Cérebro e educação aspectos que perpassam nas teorias da aprendizagem**. In: Relvas MP, org. Que cérebro e este que chegou a escola? Rio de Janeiro: Wak; 2012. p.145.

PLETSCH, M.D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. 2. ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2010

Sant'Ana IM. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. *Psicol Educ*. 2005;10:227-34.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TOLEDO, Elizabete Humai de; VITALIANO, Célia Regina. **Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 18, n. 02, p. 319-336, 2012.

TELFORD, Charles W.; SAWEY, James M. **O Indivíduo Excepcional**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação para Todos. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Nova Iorque: WCEFA, 1994.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.